

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.336.052 - AM (2012/0155926-2)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : FATIMA MARIA DE OLIVEIRA BANDEIRA**  
**ADVOGADO : WILSON SANTANA VENTURIM - RJ101141**  
**RECORRIDO : LINDOMAR CALDAS DE MELO**  
**ADVOGADO : JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ E OUTRO(S) - AM002372**

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial, interposto por **FÁTIMA MARIA DE OLIVEIRA BANDEIRA**, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal, em face de acórdão pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, assim ementado (fl. 342, e-STJ, e-STJ):

DIREITO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE CUMULADA COM PERDAS E DANOS - JUÍZO PETITÓRIO - DIREITO DE PROPRIEDADE - PROVA - ESCRITURA E REGISTRO EM NOME DO DEMANDANTE/RECORRIDO - INEXISTÊNCIA DE DESCONSTITUIÇÃO DO DOCUMENTO DE PROPRIEDADE ACOSTADO - IMPOSSIBILIDADE DE PROVIMENTO - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA 1. Tendo a Ação de Imissão de Posse natureza jurídica de ação petitória, fundada no direito de propriedade, acostado os documentos que comprovam a propriedade, imperiosa a procedência do pedido constante na inicial;  
2. Estando os documentos de posse em nome do Requerente, ora Apelado e, inexistindo qualquer desconstituição, impossível o provimento do apelo e conseqüentemente a improcedência do pedido;  
3. É certo que ao Autor cabe a prova constitutiva de seu direito e ao Requerido as provas acerca dos fatos impeditivos, extintivos e modificativos do direito do Autor;  
4. Recurso conhecido e improvido;  
5. Sentença mantida na integralidade.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial (fls. 352/359, e-STJ), a insurgente, violação aos artigos 70, inciso I e 265, inciso IV, *a*, do Código de Processo Civil de 2015 e 1227, 1245 e 1247 do Código Civil. Afirmou o cabimento da denúncia à lide da Caixa Econômica Federal. Defendeu a suspensão do processo até o final do trâmite dos autos que correm na Justiça Federal.

Contrarrazões às fls. 364/367, e-STJ.

Admitido o reclamo na origem (fls. 369/372, e-STJ), ascenderam os autos a esta Corte.

É o relatório.

Decide-se.

A irresignação **não merece prosperar**.

**1.** A recorrente apontou violação aos artigos 70, inciso I e 265, inciso IV, *a*, do Código de Processo Civil de 2015 e 1227, 1245 e 1247 do Código Civil. Afirmou o cabimento da denúncia à lide da Caixa Econômica Federal. Defendeu a suspensão do

processo até o final do trâmite dos autos que correm na Justiça Federal.

O Tribunal de origem concluiu que não há motivos para a intervenção da Caixa Econômica Federal, bem como consignou a inexistência de prejuízo à apelante caso em caso de eventual julgamento favorável na Justiça Federal.

A Corte estadual se manifestou nestes termos (fl. 345, e-STJ):

No que tange a não aceitação da denúncia a lide, entendo que melhor sorte não assiste ao apelante, uma vez que, nada justifica a intervenção da Caixa Econômica Federal na presente demanda.

Nada justifica o sobrestamento deste feito até o julgamento do processo movido contra a Caixa Econômica, mais ainda, em razão da inexistência de conexão entre as ações que tem causa de pedir e parte distintas.

Ademais, eventual julgamento favorável a Apelante na ação em trâmite na Justiça Federal, a meu sentir, será resolvida em perdas e danos sem que haja qualquer prejuízo ao Apelado/adquirente, terceiro de boa fé e titular do domínio.

Contudo, a parte recorrente não logrou impugnar os fundamentos acima transcritos, nem demonstrou, em seu recurso especial, as razões pelas quais o acórdão merecia ser modificado neste ponto. Assim, sua pretensão encontra obstáculo na Súmula n. 283 do STF desta Corte.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. SÚMULA Nº 283/STF. DANOS MORAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

3. Na hipótese, rever a conclusão do aresto impugnado acerca da indenização por danos morais e dos honorários advocatícios encontra o óbice da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1280289/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/03/2019, DJe 21/03/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO SECURITÁRIA. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 283 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. COISA JULGADA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PRECLUSÃO. PRECEDENTES. VIOLAÇÃO AO ART. 757 DO CÓDIGO CIVIL/2002. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. ADMISSÃO DE PREQUESTIONAMENTO FICTO. NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DE AFRONTA AO ART. 1.022 DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação,

manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, não havendo omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

2. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo a Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal.

3. O Superior Tribunal de Justiça possui firme o entendimento de que, "ainda que a questão seja de ordem pública, há preclusão consumativa se a matéria tiver sido objeto de decisão anterior definitivamente julgada" (AgRg no AREsp 630.587/SP, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 28/6/2016, DJe de 1º/7/2016).

4. Fica inviabilizado o conhecimento de temas trazidos na petição de recurso especial, mas não debatidos e decididos nas instâncias ordinárias, tampouco suscitados em embargos de declaração, porquanto ausente o indispensável prequestionamento. Aplicação, por analogia, das Súmulas 282 e 356 do STF.

5. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe de 10/04/2017).

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1309711/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 13/03/2019)

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nega-se provimento ao reclamo. Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator